

---

*O olhar de uma inglesa-viajante sobre o Brasil  
Oitocentista: o diário de viagem de Maria Graham  
(1821-1824)*

*Maria Angélica Zubaran\**

---

**Resumo:** Este artigo utiliza o diário de viagem de uma inglesa no Brasil oitocentista para investigar a construção da identidade e da alteridade do sujeito imperial mulher nas periferias dos Impérios coloniais. Busca-se examinar os critérios europeus que mediarão a auto-representação da viajante-autora e suas representações sobre o outro/outra nativos.

**Palavras-chave:** diário de viagem, mulheres-viajantes, representações.

**Abstract:** This article explores the journal of an English woman's journey to nineteenth-century Brazil so as to investigate the construction of identity and alterity of the female imperial subject in the periphery of colonial Empires. An attempt is made at examining the European criteria that mediated the self-representation of the travel writer and her representations of the native other.

**Key words:** representations, travel journal, women travelers.

---

Durante o século XVIII e início do XIX, países da Europa ocidental enviaram comerciantes, missionários, exploradores, colonizadores, soldados e um incrível número de diplomatas para a Ásia, África e América. Percy Adams argumenta que foi esse *fator Ulisses* entre os europeus do século XVIII que produziu para o resto do mundo incontáveis livros de literatura de viagem. Suas narrativas sobre os povos do mundo, suas tentativas de analisar a natureza e as pessoas constituíram-se em um importante aspecto do iluminismo europeu, um período que se encerra aproximadamente no final do século XVIII, na véspera do “século do imperialismo britânico”. (ADAMS, 1983, p. 220). De acordo com Mary Louise Pratt, os livros de viagem de ingleses e inglesas contribuíram para justificar o processo de

---

\* Doutora em História pela State University of New York em Stony Brook University, USA; professora no Departamento de História da ULBRA; e-mail: mazubaran@terra.com.br

expansão britânica nesse período, divulgando “máximas sobre a superioridade intelectual, moral e prática dos ingleses”. (PRATT, 1985, p. 301).

A literatura de viagem, assim como outros gêneros literários, foi escrita de muitas formas, embora as mais populares tenham sido as cartas e o diário. O diário de viagem, enraizado na dimensão privada da existência, ofereceu uma voz provisória às mulheres viajantes a quem era negado o acesso seguro à expressão pública. A prosa e os poemas também foram formas utilizadas na literatura de viagem. Quanto ao conteúdo das narrativas de viagem, também variou muito. De acordo com Percy Adams, a literatura de viagem não era somente “um relatório objetivo, uma descrição de lugares e pessoas vistos, muito mais freqüentemente era uma interpretação subjetiva – ‘observações’ era o termo favorito – de cenas da política, religião, e eventos sociais”. (ADAMS, 1983, p. 280). Esse conteúdo ambivalente das narrativas de viagem é analisado numa perspectiva política no trabalho de Mary Louise Pratt. A autora argumenta que como a escrita da literatura de viagem nunca foi completamente profissionalizada ou “disciplinada” tratando-se de “um dos gêneros mais polifonos” da literatura, contém uma variedade de discursos ideológicos. A autora afirma que se há uma forma familiar e estável de escrita para os exploradores-escritores descreverem as maneiras e os costumes das populações nativas, conhecido como “informativo científico”, esse discurso não era o único usado nas narrativas de viagem daquela época. Segundo Pratt, o discurso informativo aparece juntamente com outras formas de representação, mais propriamente descritas como sentimentais, subjetivas que a autora chama de “discurso sentimental”. Da mesma forma que ela associa o produtor do discurso informativo com o estado, ela associa essa voz sentimental com a “esfera crítica do mundo burguês, a esfera privada, a casa do solitário, introspectivo indivíduo”. (PRATT, 1985, p.131-133).

Os relatos de viagem, assim como as viagens, foram durante muito tempo território exclusivamente masculino. As mulheres formavam uma pequena minoria entre os estrangeiros visitantes do Brasil oitocentista. Miriam Moreira Leite apura que, dos oitenta livros de viajantes levantados no século XIX, apenas cinco foram escritos por mulheres na primeira metade do século (LEITE, 1997, p.100). As motivações femininas para participarem em viagens transatlânticas rumo à América do Sul ou aos Mares do Sul podiam ou não assemelhar-se às motivações masculinas. Enquanto os homens-viajantes seguiam preferencialmente o chamado de suas ocupações, aventurando-se como naturalistas, mineralogistas, engenheiros, desenhistas, diplomatas, comerciantes, militares e missionários, a maioria das mulheres viajava como esposas e auxiliares de seus maridos, algumas como naturalistas e professoras. (HAHNER, 1998, p. 13). Entretanto, é importante destacar

que mesmo no caso em que viajavam com os maridos, as mulheres-viajantes rompiam com muitos dos padrões da época ao participarem de viagens transatlânticas, não só porque ampliavam o espaço social atribuído às mulheres, mas também porque rompiam os elos com a família em seus países de origem.

A relevância do estudo das memórias da viajante europeia Maria Graham se insere na perspectiva teórica da Nova História Cultural que destaca a literatura de viagem, os diários e as cartas produzidos por viajantes estrangeiros, como preciosos documentos sobre encontros culturais entre culturas distantes e desconhecidas, revelando tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de “traduzir” a cultura desconhecida em algo familiar. (BURKE, 1997, p. 94). Vale destacar que os relatos de viagem de Maria Graham sobre o Brasil, na primeira metade do século XIX, foram produzidos dentro de uma rede complexa de poderes, particularmente o poder da sociedade patriarcal e escravista brasileira e do neocolonialismo britânico. Nesse sentido, sua narrativa constitui-se num espaço de lutas, de tensões, onde se cruzam formulações discursivas conflitantes, relacionadas à própria posição ambivalente dessa viajante inglesa nos trópicos. Como afirma Ana Lúcia Almeida Gazolla, a viajante é uma figura que vive *on the edge*, “nas margens”, deslizando nos pontos de intersecção cultural. Por um lado, a bitextualidade da literatura feminina, por outro, o fato de ser ao mesmo tempo centro e periferia, constituindo simultaneamente identidade e alteridade. (GAZOLLA, 1995, p. 10). Como salienta Tania Quintaneiro, os relatos de viajantes-autoras permitem-nos recuperar uma série de aspectos da vida cotidiana no Brasil imperial não incluídos habitualmente em outros relatos. Como estranhas ao grupo, as mulheres estrangeiras viajantes observaram padrões de comportamento e aspectos da nossa cultura que passavam despercebidos para aqueles que, desde dentro, não tinham a distância necessária para enxergá-los. (QUINTANEIRO, 1996, p. 22). Nesse sentido, as autoras-viajantes contribuem com um duplo testemunho na produção de identidades femininas no século XIX: por um lado, as reflexões e representações sobre sua própria condição de mulher europeia viajante, que podemos chamar de auto-representação e, por outro lado, as representações sobre o outro/as que encontram na zona de contato. (PRATT, 2000, p. 27).

Salientamos ainda que as viajantes estrangeiras e particularmente as professoras, tiveram acesso a uma convivência muito íntima com as famílias abastadas brasileiras proporcionando-lhes uma melhor compreensão do universo cotidiano das mulheres da elite e de suas escravas, aspecto negado

aos viajantes estrangeiros homens, a quem era vetada a entrada na intimidade dos lares brasileiros como podemos observar nas palavras da viajante estrangeira Ina von Binzer:

[...] nós, as professoras, levamos vantagem em relação aos comerciantes e outros europeus dentre os quais muito poucos se afastam das cidades marítimas, e a maioria depois de 10 ou 20 anos retorna à Europa sem conhecer o resto do país e muito menos a vida real dos brasileiros, ao passo que, convivendo na intimidade deles, temos ocasião de observar de perto toda a trama. (BINZER, 1980, p. 12).

Freire Costa destaca que, a partir da vinda de D. João VI para o Brasil, tornou-se índice de bom-tom e de costumes civilizados entre as famílias de primeira linha, aristocratas portuguesas e burgueses estrangeiros, só admitir serviços brancos. O autor salienta:

Os brasileiros, levados a competir em prestígio e enobrecimento de modos com os europeus, começaram a dispensar seus negros e a contratarem preceptoras e governantas estrangeiras encarregadas de civilizarem seus modos, educarem seus filhos europeizarem suas casas (1989, p. 125).

Maria Graham fez parte desse restrito círculo de mulheres estrangeiras que exerceram a função de preceptoras no Brasil e que narraram e publicaram suas experiências tornando-se também viajantes-autoras. Vale ressaltar que o número de mulheres-viajantes autoras de livros de viagem sobre o Brasil oitocentista foi ainda mais reduzido do que seu número como viajantes, o que se explica em parte devido à sua posição subordinada na sociedade da época, que limitava sua educação e sua capacidade de escrever e publicar e também porque, como afirma Miriam Moreira Leite, no século XIX, o domínio das letras e da literatura era acentuadamente masculino. (LEITE, 1997, p. 102).

Nosso objetivo neste trabalho é identificar no diário de viagem da inglesa Maria Graham, intitulado *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*,<sup>1</sup> a presença de dois discursos, o discurso científico-informativo, de descrição das maneiras e dos costumes da população nativa e o chamado discurso experiencial, subjetivo, sobre a própria viajante e examinar, em cada uma dessas tradições, quais foram os critérios europeus que mediaram sua auto-representação e a representação do outro/outros nativos no Brasil oitocentista. De que forma as narrativas de Maria Graham contemplam a retórica da missão civilizadora europeia característica dessa fase do neocolonialismo inglês? Até que ponto

a ideologia de gênero britânica marcou sua auto-representação e a representação das outras mulheres que encontrou no Brasil? Nossa intenção é, portanto, identificar os critérios envolvidos na construção de identidade e alteridades, problematizando as figuras retóricas e os estereótipos dominantes produzidos na representação do outro/outra brasileiros às vésperas da independência e nos primeiros anos pós-coloniais.

De acordo com Homi Bhabha, o estereótipo é a principal estratégia discursiva do discurso do colonialismo (no caso brasileiro, do neocolonialismo inglês). O autor argumenta que o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório que se move entre o reconhecimento da diferença cultural e racial e seu repúdio, fixando o não-familiar a algo estabelecido, de uma maneira que é repetitiva e vacila entre o prazer e o medo. Nesse sentido, de acordo com Bhabha, o estereótipo como ponto primário de subjetivação no discurso colonial manifesta o desejo de uma originalidade que é ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura. (BHABHA, 2001, p. 105-106). Interessa-nos, portanto, investigar de que forma as representações de Maria Graham sobre a sociedade brasileira nos primeiros anos da segunda década do século XIX produziram significados vinculados à visão de mundo euro-imperial, submetendo o outro nativo à lógica do conhecimento europeu metropolitano e como suas vivências no Brasil contribuíram para a produção de significados alternativos sobre si mesma e sobre o outro/a nativos.

Analisaremos o conteúdo do diário de viagem da viajante inglesa Maria Graham a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, particularmente da contribuição do historiador francês Roger Chartier, para quem, toda história – seja econômica, social ou religiosa – requer o estudo dos sistemas de representação e os atos que esses sistemas produzem. Isto é o que faz dela uma História Cultural. (CHARTIER, 1990, p. 89). Nessa mesma direção, adotamos a definição de cultura dos Estudos Culturais, como campo de luta em torno da significação social, campo onde se define a identidade cultural e social dos diferentes grupos (SILVA, 2001, p.134). Este trabalho também se vale de *insights* dos críticos do pós-colonialismo, particularmente Edward Said, Homi Bhabha e Mary Louise Pratt. Esses teóricos salientam que a produção de imagens sobre outra cultura é uma prática cultural e política que contribui para investigar de que modo as representações dos viajantes europeus sobre os habitantes do mundo não-europeu serviram para reforçar os valores dominantes do euro-imperialismo ocidental ou para estimular a revisão das concepções do europeu sobre si mesmo. Pratt (1992, p. 121) afirma que os relatos de

viagem dos séculos XVIII e XIX “desempenham um papel importante na produção dos sujeitos domésticos da expansão capitalista europeia do século XIX”. Trata-se de compreender como os relatos de viagem construíram o restante do mundo para os leitores europeus e, dessa forma, contribuir para a descolonização do conhecimento sobre os outros. Como esclarece Edward Said, a marca fundamental do pensamento cultural na era do imperialismo foi uma noção fundamentalmente estática de identidade, onde existe um “nós” e um “eles”, cada qual muito bem definido, claro, auto-evidente. (SAID, 1995, p. 95).

Embora o imperialismo britânico no Brasil tenha ocupado um papel mais sistemático, somente na segunda metade do século XIX, já durante o período em que Maria Graham permaneceu no Rio de Janeiro, a influência comercial e cultural inglesa havia penetrado e alterado o estilo das famílias aristocráticas e burguesas de diversas formas. A abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, preferencialmente britânico, em 1808 e posteriormente a assinatura de dois tratados comerciais entre D. João VI e a Inglaterra, em 1810, dando aos ingleses enormes vantagens comerciais, contribuíram para a expansão dos interesses comerciais britânicos no Brasil. Nessa época, a entrada de estrangeiros no Rio de Janeiro – comerciantes, cientistas, artistas, diplomatas, especialmente da Inglaterra, dava à cidade um ar cosmopolita e paralelamente europeizava hábitos e costumes.

Maria Graham testemunhou e registrou em seu diário de viagem os desdobramentos cotidianos desses processos econômicos, políticos e culturais que marcaram a relação entre o Brasil e a Inglaterra na segunda década do século XIX. A autora constrói um discurso historiográfico a partir de dados que recolhe das experiências vividas, de testemunhos de nativos e estrangeiros e das pesquisas que realizou em jornais, livros e documentos da biblioteca do Rio de Janeiro. Como outros viajantes europeus na América do Sul, Graham chocou-se com o cotidiano da escravidão urbana, chocaram-lhe os mercados e leilões de escravos no Rio de Janeiro. Em alguns aspectos, a narrativa de Graham sobre a escravidão é diferenciada das narrativas dos viajantes-masculinos, geralmente mais estereotipadas e menos individualizadas. Graham traz descrições detalhadas da cidade do Rio de Janeiro e de seus arredores às vésperas da independência, comenta o desenvolvimento das lutas políticas, as guerras de independência, a instalação da primeira Assembléia Constituinte do Brasil, a aclamação e coroação de D. Pedro como imperador do Brasil. No entanto, não questiona a presença inglesa no Brasil, tampouco as vantagens comerciais britânicas. Como sujeito de um projeto colonial, leu com naturalidade a condição subalterna da nova nação que surgia já dependente.

## I – A inglesa-autora-viajante: o discurso sentimental ou subjetivo

Maria Graham (1785-1842) nasceu em Papcastle, Inglaterra. Quando solteira viajou extensivamente com seu pai, o almirante George Dundas. Em 1808, acompanhou-o em uma viagem para a Índia. Em 1809, Graham casou-se com o oficial da marinha real, Thomas Graham e em 1812, escreveu seu primeiro livro de viagens: *Diário de uma residência na Índia*. Já aos vinte e um anos Graham sofreu seu primeiro ataque de tuberculose e apresentou saúde sempre muito frágil. Em 1819, sofreu um segundo ataque de tuberculose e viajou para a Itália com seu marido, quando escreveu o livro *Três meses passados nas montanhas ao oeste de Roma*. Em 1821, Graham veio para o Brasil acompanhando seu marido, o capitão Thomas Graham, nomeado pelo Serviço Estrangeiro para uma missão de três anos na América do Sul. Durante a viagem Graham foi professora dos guarda-marinhas que acompanhavam a expedição e preparavam-se para serem oficiais e já era escritora e publicara livros antes da edição de seu *Diário de uma viagem ao Brasil*.<sup>2</sup> De acordo com Hall e Davidoff “escrever, em jornais, diários, cartas, memórias, poesia ou prosa, era a ocupação favorita de um grande número de homens e mulheres da classe média inglesa no final do século XVIII.” (HALL, 1980, p.162). Graham expressa a importância da leitura e da escrita na vida da classe média inglesa daquela época. Mais ainda, ela é também uma típica expressão da viajante iluminista preocupada em ilustrar sua audiência com um relato detalhado e objetivo dos lugares visitados durante as suas viagens. A longa introdução que Maria Graham escreveu no seu *Diário sobre o Brasil*, contendo um resumo da História do Brasil, é um exemplo perfeito de suas preocupações em proporcionar ao seu público informações confiáveis. São várias as passagens de seu texto onde mostra-se preocupada com seu público leitor, que diz serem seus amigos ingleses para quem o diário fora escrito. (GRAHAM, 1990, p. 380).

Embora Graham fosse uma inglesa cultivada cuja influência podia ser sentida muito além de seu círculo doméstico, escritora de vários livros, que expressava a necessidade de auto-realização pessoal e que foi bem-sucedida em estabelecer relações públicas em um país estrangeiro, seus relatos evidenciam a posição ambígua da narradora, que ora se representa como mulher estrangeira, solitária, de saúde frágil, ora como mulher independente, que assumiu os riscos de viver sem a companhia do marido num país estrangeiro, expondo-se às moléstias tropicais e aos perigos das excursões pelo interior e pelas florestas virgens. Apesar de Maria Graham ter participado de diversos eventos públicos e ampliado consideravelmente seu espaço social no país visitado, convivendo com a colônia inglesa e com as famílias nobres, sua socialização esteve quase

sempre marcada pela intermediação masculina e por diferentes aspectos de contenção. Quando em lugares públicos, Graham usualmente se fazia acompanhar de uma presença masculina que, de acordo com a ideologia de gênero imposta às mulheres de classe média inglesa no século XVIII fazia-se necessária a fim de “protegê-las da possível exposição a avanços sexuais e sociais”. (HALL, 1980, p. 405). Quando passeava a cavalo pelos arredores da cidade, exercício usual entre as mulheres inglesas de classe média, Graham fazia-se acompanhar dos jovens oficiais ingleses de seu navio. (HALL, 1980 p. 403). Numa dessas ocasiões, quando seu amigo inglês, Mr. Dampier, ofereceu-se para acompanhá-la em um passeio a cavalo, Graham respondeu: “Confesso que tive muito prazer em ser aliviada da responsabilidade absoluta de minha pessoa, e não fiquei pouco satisfeita por ter a companhia de um jovem bem educado e inteligente, cujo gosto pelas belezas pitorescas da natureza concorda com o meu.” (GRAHAM, 1990, p. 328). Essa passagem revela a sujeição de Graham aos padrões de feminilidade vitoriana, pautado na expectativa de um comportamento feminino contido, inibido e discreto. Observa-se também nessa citação da autora, e ao longo de sua narrativa, a importância da estética do pitoresco na sua visão de mundo. Era durante os passeios pelos arredores da cidade para admiração dos panoramas e das cenas pitorescas que Graham mostrava-se mais intimamente satisfeita. Como afirma Belluzzo, ao longo do século XIX a visão pitoresca irradia-se por artistas de todas as nacionalidades. Os passeios pitorescos pelos arredores da cidade tornam-se práticas habituais entre os artistas-viajantes que combinam o exercício espiritual com a apreciação estética. A visão pitoresca vê a natureza a partir de características emprestadas da arte e os artistas-viajantes “aspiram ao sentimento dos poetas e a habilidade dos pintores”. (BELLUZZO, 1999, p.18). Graham manifesta em seus passeios esse sentimento de encantamento com a natureza exuberante do Rio de Janeiro:

Passei a cavalo, ao lado de Langford, por um dos pequenos vales ao pé do Corcovado. É chamado Laranjeiras, por causa das numerosas árvores de laranjeiras que crescem dos dois lados do pequeno rio que o embeleza e fertiliza. Logo à entrada do vale, uma pequena planície verde espalha-se para ambos os lados, através da qual corre o riacho sobre seu leito de pedras, oferecendo um lugar tentador para grupos de lavadeiras de todas as tonalidades, posto que o maior número seja de negras. E elas não enriquecem pouco o efeito pitoresco da cena. [...] Em torno da planície das lavadeiras, sebes de acácias e mimosas cercam os jardins, cheios de bananeiras, laranjeiras e outras frutas, que cercam cada vila. Além destas, as plantações de café estendem-se até bem alto na montanha, cujos cumes pitorescos limitam o cenário. (GRAHAM, 1990, p. 198).



Da mesma forma, quando reconhece que não é próprio para mulheres estar informada sobre assuntos públicos, particularmente sobre economia e política, Graham aceita a existência de traços culturais socialmente considerados como femininos e de um duplo padrão de moralidade com padrões de comportamento diferentes para homens e mulheres, por exemplo, quando afirma “nem o meu sexo nem minha situação me permitiram informações especiais relativas aos acontecimentos políticos de um país”. (GRAHAM, 1990, p. 81). Por outro lado, num interessante contraponto, quando da instalação da primeira Assembléia Constituinte do Brasil, no Rio de Janeiro em 1823, Graham queixa-se da proibição da entrada das mulheres na Assembléia Constituinte e afirma: “Acho muito aborrecido que as senhoras não possam assistir as reuniões da Assembléia. Sei que não há qualquer proibição formal, mas a coisa é considerada tão inadmissível que não posso ir.” (GRAHAM, 1990, p. 320).

É importante salientar que a relação de Maria Graham com o Brasil, no decorrer de suas três viagens, foi mudando de acordo com seu envolvimento com o Brasil e com seus habitantes. Na primeira viagem, entre setembro de 1821 e março de 1822, permaneceu a maior parte do tempo na fragata Doris, ancorada nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e com contatos esporádicos com os moradores dessas cidades. Durante um breve espaço de tempo, de dezembro a janeiro de 1822, foi morar junto com seu marido em uma casa no Catete, no Rio, quando então conheceu algumas pessoas.

Na segunda viagem para o Brasil, Graham retorna do Chile em março de 1823, após a morte de seu marido, e representa-se inicialmente como uma mulher sozinha e desprotegida. A autora afirma: “Logo depois que cheguei aqui, em março, senti que na qualidade de estrangeira, e na posição em que me encontro estava extremamente desamparada.” (GRAHAM, 1990, p. 280). A imagem da “mulher desprotegida” era prevalente entre as mulheres da classe média inglesa e estava relacionada às virtudes de fragilidade, dependência e passividade dos padrões de feminilidade vitorianos. Esse sentimento de solidão e fragilidade é um tema recorrente na sua narrativa após a morte de seu marido, levando-a num primeiro momento a retirar-se com seu primo doente, Glennie, para a esfera privada de sua casa de campo, no outeiro da Glória, perto de amigos ingleses, onde dedicou-se a ler, escrever e desenhar.

Entretanto, após a viuvez e particularmente depois da volta de seu primo Glennie para a Europa, Graham decide abandonar seus hábitos sedentários e fazer visitas aos vizinhos. A autora tornou-se cada vez mais íntima da sociedade do Rio de Janeiro, aprendeu a falar português, socializou com membros da comunidade inglesa e com damas da elite portuguesa. Em um encontro na casa da baronesa de Campos, importante dama da Corte, Graham nos revela o quanto o hábito do chá inglês fazia parte dos costumes das elites no Rio de Janeiro imperial: “[...] O chá foi feito por uma das moças com o auxílio da irmã, tal como se daria na Inglaterra. Uma grande urna de prata, bules de chá também de prata, jarras de leite e pratos de açúcar, com elegantes porcelanas da China, estavam colocados numa grande mesa, em volta da qual se reuniam as moças.” (GRAHAM, 1990, p. 320).

Por motivos de saúde, Graham foi aconselhada por seu médico a transferir-se para uma casinha com sobrado na praia de Botafogo, de onde acompanhava pelos jornais as notícias de interesse público. Assim se pronunciou sobre o local: “A baía de Botafogo é certamente um dos panoramas mais belos do mundo.” (GRAHAM, 1990, p. 305). Posteriormente, Graham vai morar na cidade, na rua dos Pescadores, 79, e assim se manifesta sobre essa mudança: “Minha ida para a cidade talvez possa ser evitada, mas há talvez algumas coisas que provavelmente aprenderei mais perfeitamente vivendo ali: além disso não é Lord Bacon que aconselha, para aproveitar bem uma viagem, não somente mudar-se de cidade para cidade, mas ainda ‘mudar a instalação de um ponto extremo ao outro?’” (GRAHAM, 1990, p. 356). De fato, na cidade Maria Graham passou a freqüentar assiduamente a Biblioteca Pública e a falar mais português. Assim comenta:

[...] Hoje fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada. [...] O estudo da História do Brasil desta manhã, na língua original, é uma grande vantagem que colho de minha mudança para a cidade; além disso falo agora menos inglês que português. (GRAHAM, 1990, p. 360).

No entanto, como afirma Belluzzo, de modo geral o ambiente urbano do Rio de Janeiro é visto como um signo negativo para os cultores do pitoresco, o que Graham confirma ao se referir à sua “quente e barulhenta residência na Rua dos Pescadores”. (LACOMBE, 1997, p. 107). A autora permaneceu no Rio de Janeiro até 21 de outubro de 1824, quando partiu para a Inglaterra já prevendo seu retorno após um ano. Em 1824 publicou em Londres dois livros, o *Diário sobre o Brasil e residência lá*, durante parte

dos anos de 1821, 1822 e 1823 e *Uma viagem do Chile ao Brasil*. Na terceira viagem ao Brasil, Graham voltou para o Rio de Janeiro em setembro de 1824, para ser a governanta da princesa Maria da Glória. Como afirma Gilberto Freyre, a governanta inglesa era uma das instituições britânicas no início do século XIX e foi através delas que a disciplina britânica penetrou nas famílias aristocráticas e burguesas para dar-lhes novos padrões de educação. (FREYRE, 1948, p. 266).

Entretanto, a experiência de Maria Graham como governanta da princesa portuguesa no Rio de Janeiro foi breve, não durando mais de um mês, vítima da intriga de serviçais portuguesas do palácio que a indispueram com o imperador D. Pedro I. Essa terceira e última estadia no Rio de Janeiro está registrada no *Escoço biográfico de D. Pedro* que escreveu na Europa logo após a morte do monarca em 1834, onde narra a convivência com a família real no palácio do Paço de São Cristóvão e a experiência como educadora da princesa D. Maria da Glória. Essa obra foi adquirida pela Biblioteca Nacional de um livreiro-antiquário de Londres e publicada nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1938.<sup>3</sup>

Após deixar o palácio de São Cristóvão, em 1824, Graham alugou uma casa de campo, no vale das Laranjeiras, como era moda entre os artistas-viajantes da época e passou a dedicar-se a ilustrações botânicas e à coleta de espécimes na floresta virgem para enviá-los ao Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra. (BELLUZZO, 1999, p. 21). Lá morou acompanhada de uma escrava, Ana, e de um mulato livre, José, e parece ter-se libertado parcialmente dos rígidos padrões de feminilidade vitoriano e relacionado-se com o diferente, o outro, sem preconceitos, aceitando-o e até mesmo valorizando-o na sua diferença, portanto, superando os condicionamentos do olhar etnocêntrico. Diz a autora:

Achei em meu novo José um verdadeiro tesouro! Era filho de um rei da África: tinha sido deixado como morto num campo de batalha, antes que suas feridas estivessem bem curadas. Sobrevivera a travessia e, ainda que indignado por ser escravo, acostumara-se a considerar isso como uma consequência de uma guerra mal sucedida. E continua: O maior prazer de José, enquanto esteve comigo, era trazer um banco, sentar-se do lado de fora da janela do meu quarto, se me via somente desenhando ou trabalhando, e, pegando uma cobra para tirar a pele, suas roupas para remendar, ou os arreios do cavalo para limpar, entreter-me com histórias da grandeza de seu pai na África. E conclui: lamento muito que seu conhecimento muito imperfeito do português e a minha ignorância total das línguas africanas me impedissem de obter mais informações desse inteligentíssimo rapaz. (LACOMBE, 1997, p.115).

Nessa passagem Graham inverte a lógica da exclusão do discurso imperial, apresentando-se como ignorante e ao seu empregado, o outro nativo, como um rapaz intelingentíssimo. Graham comenta a presença de um núcleo de escravos fugidos perto de sua habitação, com quem comerciava cestas, ovos e frutas. Conta ainda que o mulato José foi embora com medo dos assassinatos associados aos roubos praticados por escravos fugidos, deixando Graham e Ana morando sozinhas junto à floresta virgem. É então que Graham assume de forma mais radical sua independência, compra um par de pistolas, um fornecimento de munição, um cavalo branco, com a venda de algumas colheres de prata e um cão para guardar seu estabelecimento e, revertendo a auto-representação de fragilidade e desamparo, declara: “Senti-me em perfeita segurança, estendendo minhas excursões muito adentro da floresta, acompanhada de meu empregado e de meu cão e comecei a colecionar peles de cobra e plantas.” (LACOMBE, 1997, p. 115).

A viajante, escritora e artista inglesa Maria Graham, após três anos intercalados de residência no Rio de Janeiro, representou-se, no final de sua estadia, como uma mulher segura que preenchia suas horas coletando e desenhando espécimes botânicos acompanhada de uma escrava e de um escravo negro. Talvez sua condição de viúva tenha colaborado para proporcionar-lhe maior autonomia. Como afirma Leite, “as viúvas sempre tiveram uma autonomia legal e efetiva maior que as mulheres solteiras e casadas”. (LEITE, 1997, p.105). Até o final de sua estadia no Brasil, continuou muito ligada à Imperatriz Leopoldina, com quem trocou correspondência até momentos antes de sua morte. Graham transcreve um dos bilhetes que a Imperatriz lhe enviou após ter deixado o palácio, evidenciando os fortes laços de profunda amizade que as unia. Diz o bilhete escrito pela imperatriz Leopoldina:

[...] crede-me, minha delicada e única amiga, que é um doce consolo para meu coração saber que habitais ainda por alguns meses o mesmo país que eu. Ao menos, quando uma grande distância, que o meu destino não me permite transpor, me separar de vós, eu me resignarei, com a doce certeza de que a nossa maneira de pensar é a mesma, e a nossa amizade constante para sempre. (GRAHAM, 1990, p. 228).

Nossa ilustre viajante parece ter seguido os conselhos de Lord Bacon, residindo no campo, na praia e na cidade do Rio de Janeiro na segunda década do século XIX. Em 10 de setembro de 1825, Maria Graham deixou definitivamente o Brasil. De volta a Londres, casou-se com Augustus Calcott, um conhecido pintor de paisagens e viajou em lua-de-mel pela Europa. Em

1835, escreveu um livro que tornou-se um clássico escolar, *Little Arthur's History of England*. Em 1842, morreu de tuberculose.

## II – O discurso informativo: maneiras e costumes das outras mulheres

Mais recentemente, críticos do “terceiro mundo” têm consistentemente utilizado a categoria do “outro”, para adotar a perspectiva da alteridade em relatos sobre a relação entre o colonizador e o colonizado, Ocidente e Oriente, europeu e nativo, branco e preto (BROWN, 1987, p. 50). O argumento da alteridade aplicável aos países do terceiro mundo é construído em oposição hierárquica entre a suposta inferioridade do outro, o nativo, portanto diferente, e a suposta superioridade, semelhança com a cultura ocidental. Como súdita inglesa escrevendo numa zona de contato, Graham produz o Brasil como uma combinação de paraíso natural e inferno cultural, imagens parasidíacas da natureza tropical convivem com as imagens infernais da cidade do Rio de Janeiro, representada como barulhenta e suja, com seus mercados de escravos e a falta de polimento que caracterizava portugueses e brasileiros na sociedade pós-colonial. Na verdade, suas representações refletem o conflito entre natureza e cultura, como evidente nessa passagem: “Ainda que a natureza seja tão bela como na Índia ou na Itália, a falta de qualquer relação com o homem, como ser intelectual e moral, retira-lhe metade do encanto.” (GRAHAM, 1990, p. 228).

As representações etnográficas de Graham sobre as mulheres brasileiras aparecem filtradas tanto pela ideologia de gênero da classe média inglesa vitoriana como pela retórica da missão civilizadora que marcou o imperialismo inglês na América do Sul. As representações mais frequentes são sobre as mulheres portuguesas brancas, da elite. Quando faz uma visita com sua amiga inglesa Miss Pennell a seus amigos portugueses em Salvador, na parte da manhã, quando não é costume serem visitados, representa suas casas como “repugnantemente sujas” e as mulheres, de aparência desleixada e desagradável. Assim manifestou-se na ocasião:

[...] Quando as mulheres apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. [...] o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou ainda pior, em papelotes, e a

pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho. [...] Não vi hoje uma só mulher toleravelmente bela. Mas quem, poderá resistir à violenta deformação como a que o sujo e o desleixo exercem sobre uma mulher. (GRAHAM, 1990, p. 149).

A preocupação de Graham com a aparência, a adequação dos trajés e a propriedade das atitudes femininas revela sua subordinação aos padrões de feminilidade das mulheres de classe média inglesa. De acordo com Hall e Davidoff, tratava-se de um código de boas maneiras, delicadeza e polidez central para as mulheres de classe média inglesa que incluía, entre as características femininas, a limpeza e o cuidado com a aparência. De acordo com Hall, “limpeza pessoal, modéstia e maneiras à mesa eram um teste de status”, e o pouco cuidado com a aparência era visto como sinal de masculinidade. (HALL, 1980, p. 399).

Para Graham, as mulheres de boas maneiras e boa aparência no Brasil eram aquelas cujos traços se pareciam aos das européias, que se vestiam à moda francesa ou inglesa, que falavam o francês e o inglês, evidenciando também seu etnocentrismo. Na festa de aniversário da baronesa de Campos ela comenta:

Nas mulheres bem vestidas que vi à noite tive grande dificuldade em reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia: As senhoras estavam todas vestidas à moda francesa: corpete, fichu, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de jóias. As inglesas, porém, ainda que quase de segunda categoria, ou mesmo da nobreza colonial, arrebataram o prêmio de beleza e graça. (GRAHAM, 1990, p. 148).

Os comentários de Graham sobre a aparência e maneiras femininas indesejáveis servem para legitimar o neoimperialismo inglês no Brasil e para expressar a fascinação das elites nativas com a acumulação imperialista. De acordo com Laura Brown, “vestidas com os produtos da acumulação imperialista, as mulheres eram identificadas, por metonímia, não somente com esses produtos, mas com toda a fascinante empresa comercial”. (BROWN, 1987, p. 52). A vestimenta feminina era também signo de *status* social, e os modelos de vestidos, importantes para demonstrar posição familiar. Quanto às mulheres inglesas residentes no Rio de Janeiro, eram naturalmente, na lógica do etnocentrismo e do discurso imperial, as mais bonitas e graciosas. Também ao comparar as mulheres portuguesas às européias, Graham enfatiza a pouca educação das primeiras.

[...] Encontrei algumas mulheres vivamente conversáveis, mas ninguém, em nenhum sexo, que me lembrasse os homens e senhoras bem educadas da Europa. Aqui o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que o talento comum e o desejo de conhecimento para alcançar um bom nível. (GRAHAM, 1990, p. 162).

A autora sublinha o fato de que a educação formal no Brasil, além de ser uma prerrogativa da elite, era negada às mulheres por seus pais e maridos. Ela diz: “Muito menos mulheres que homens não importa qual a sua classe, não recebiam aqui qualquer educação.” (GRAHAM, 1990, 232). Na verdade, Graham revela-nos, através da opinião de sua amiga inglesa, B. Belman, as habilidades da mulher brasileira considerada educada em 1825: “No Brasil, uma mulher educada é aquela com um pouco de conhecimento de música, francês, que sabe dançar, costurar, bordar, fazer laços e descascar uma laranja.” (GRAHAM, 1990, p. 320).

No que se refere ao espaço social das mulheres portuguesas e brasileiras, a autora comenta, de um lado, as raras ocasiões em que as mulheres portuguesas eram vistas nas ruas, repetindo sem mencionar o estereótipo da reclusão das brasileiras tão repetido pelos viajantes homens: Ela declara: “A festa de São Miguel fez sair as senhoras portuguesas, das quais não havíamos visto ainda uma só passar pelas ruas.” (GRAHAM, 1990, p. 111). Mas, por outro lado, Graham relativiza o estereótipo da exclusão da mulher branca de elite, quando relata seus encontros com essas mulheres em diversos espaços sociais: óperas, teatro, igreja, bailes, festas de aniversário e casamentos, revelando que esse padrão de reclusão não era tão rígido como parecia e que, na verdade, o espaço social da mulher brasileira no século XIX, apesar de exigir-lhe estar fora da casa, era constituído por recintos abrigados ou internos. Como afirma Miriam Moreira Leite, referindo-se aos viajantes homens: “O que lhes parecia reclusão das brasileiras era antes uma participação social em esferas distintas da vida da comunidade e da família.” (GRAHAM, 1997, p. 59). Graham comenta que a chegada da corte portuguesa em 1808 teria contribuído para que um crescente número de mulheres da elite do Rio de Janeiro passassem a seguir o comportamento europeu e participar de outros espaços sociais fora de suas casas:

A presença de catorze mil portugueses que acompanhavam a família real ao Brasil, além dos membros de missões diplomáticas [...] só podia influenciar os hábitos e o comportamento da elite do Rio de Janeiro. Festividades patrocinadas pela família real para comemorar aniversários, casamentos e eventos políticos aumentaram a interação social entre os membros das classes altas assim como entre os estrangeiros. (GRAHAM, 1990, p. 260).

No entanto, apesar de relativizar o estereótipo da exclusão das mulheres brancas de elite, Graham reproduz os estereótipos culturais sobre a imoralidade das escravas, através dos olhos estereotipados de terceiros, que as acusam de corromperem as famílias da elite branca e que as representam como imorais e degeneradas:

Um inglês que morou neste país por muitos anos [...] começou a fazer-me uma tal descrição da moral privada no Brasil, ele disse, [...] aqui no Brasil os serviçais são escravos, e por conseguinte inimigos naturais de seus senhores, dispostos a decepcioná-los e desejosos disso, e de assistir a corrupção de suas famílias. (GRAHAM, 1990, p. 225).

Também durante um baile realizado na casa da Baronesa de Campos, Graham comenta a conversa com uma jovem senhora da elite: “Ela disse que aqui no Brasil [...] as crianças são deixadas aos cuidados e ao exemplo das escravas, cujas maneiras são tão depravadas e práticas tão imorais, que é a destruição das crianças.” (GRAHAM, 1990, p. 273).

Como afirma Robert Slenes, essa imagem dos escravos como seres sexualmente desregrados era comum entre os viajantes estrangeiros no Brasil do século XIX. Para o autor, os livros de viajantes são pouco confiáveis quando opinam sobre a vida íntima de um grupo considerado “exótico” como os escravos. (SLENES, 1988, p. 197).

Há poucas referências às mulheres escravas ou libertas no diário de Graham e, quando são nomeadas, são invariavelmente associadas a uma sensualidade acentuada. Em uma das raras ocasiões em que Graham comenta sobre a mulher escrava ela diz:

As mulheres [escravas] em casa usam uma espécie de camisola que deixa demasiado expostos os seios. Quando saem usam ou uma capa, ou uma manta; esta capa é frequentemente de cores vivas. Também os sapatos, que são o sinal de liberdade, são de todas as cores menos o preto. (GRAHAM, 1990, p. 137).

Graham refere-se, ainda, a outro importante aspecto da vida das mulheres brasileiras, o amor e o casamento e aponta os limites impostos às mulheres na escolha de seus parceiros: “[...] a regra geral para os pais é acertar o casamento de suas filhas, sem consultar ninguém mas, as conveniências econômicas.” (GRAHAM, 1990, p. 330). Suas críticas nessa matéria reproduzem a construção polarizada e hierárquica da *superioridade* do europeu diante da *inferioridade* do outro não-europeu. Assim comenta a autora sobre um casamento na alta sociedade:



[...] espero que teremos mais destas uniões livres em nosso Brasil onde, até aqui, o verdadeiro amor não tem autorização para correr livremente, se é verdade o que dizem meus informantes no assunto. Na verdade, talvez não tenha havido até agora refinamento bastante para florescer o delicado e metafísico amor da Europa, que, por ser mais racional e mais nobre que todos os outros, é menos facilmente desviado para outros canais. (GRAHAM, 1990, p. 365).

Sob a influência da ideologia de gênero da classe média inglesa, Maria Graham julgou o comportamento das mulheres brasileiras através dos rígidos padrões de feminilidade vitorianos e reproduziu o discurso imperial associando as maneiras inglesas à superioridade cultural. A ideologia do expansionismo comercial britânico tornou-se um motivo auto-explicativo no seu diário, no sentido de que as mulheres mais elogiáveis eram não somente aquelas que internalizaram a ideologia da modéstia vitoriana, mas as que vestiam-se de acordo com a moda britânica. Entretanto, o diário de viagem de Graham revela-nos as ambiguidades e contradições do sujeito imperial mulher nas zonas de contato, ao mesmo tempo rompendo e sujeitando-se aos papéis femininos aceitos socialmente, ora reproduzindo estereótipos, ora relativizando-os. No entanto, é exatamente a sua posição subordinada na sociedade vitoriana e marginal na empresa colonial britânica que as torna mais inclinadas a desviarem-se dos padrões da missão civilizadora e apresentarem-se mais inclusivas que os viajantes homens escritores nas suas relações sociais e nas suas narrativas, mostrando-nos o outro/outra como indivíduos e não apenas através de velhos estereótipos culturais e generalizações raciais. O diário de viagem abriu espaço para a voz feminina marginal dessas mulheres-viajantes e, como um documento intermediário entre o diário pessoal mais íntimo e os relatos oficiais, revelou-nos uma leitura não impessoal e rica em nuances da construção da identidade e da alteridade nas periferias dos impérios coloniais.

## Notas

---

<sup>1</sup> O livro de Graham foi publicado em 1824 por Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown & Green, em Londres, traduzido para o espanhol e para o francês. Em 1956, seu diário foi traduzido para o português e publicado em São Paulo. Em 1969, foi publicado nos Estados Unidos por Frederick A. Praeger, Publishers. Uma nova edição foi lançada no Brasil em 1990, vol. 157 da coleção Reconquista do Brasil, editora Itatiaia e editora da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Outros escritos de Graham foram: *Journal of a Residence in India*, 1812; 2. ed. 1813; *Letters on India*, 1814; *Three months passed in the Mountains east of Rome during the*

*year 1819; Journal of a residence in Chile during the year 1822*, e *Voyage from Chile to Brazil*, 1823; *History of Spain*, 1828. Além desses, escreveu ainda livros infantis, destacando-se o famoso *Little Arthur's History of England*, 1835. Escreveu, ainda, *The Little Brackenburners and Little Mary's From Saturday*, 1841. (DICTIONARY OF NATIONAL BIOGRAPHY, v. III, p. 710).

<sup>3</sup> O esboço biográfico de D. Pedro I foi publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, LX, Rio, 1940 e no livro de Jacobina Lacombe, *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

## Referências

---

ADAMS, Percy G. *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington: University of Kentucky, 1983.

BELLUZZO, Ana Maria. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1999.

BHABHA, Homi K. *A localização da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BROWN, Laura. *The new 18th century: theory, politics, english literature*. London: Methuen, 1987.

BURKE, Peter. *Varieties of cultural history*. New York : Cornell University Press, 1997.

CHARTIER, Roger. *Cultural history: between practices and representations*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Inglezes no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. *Mulheres à deriva: viajantes anglo-americanos no Brasil. Cadernos de Pesquisa*, Belo Horizonte, n. 27, junho, 1995.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

- HALL, Catherine and Leonne Davidoff. *Family fortunes*. London: Longman, 1980.
- HAHNER, June E. *Women through womens' eyes: latin american women in nineteenth-century accounts*. Wilmington, Delaware: SRBooks, 1998.
- LACOMBE, Jacobina. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992. (c/ tradução em 1999).
- QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SLENES, Robert. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Rev. Bras. De Hist.* São Paulo, v. 8, n. 16, mar. 1988/ago. 1988.

